



**OS ‘GRANDES PROJETOS’ E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: consequências sociais e
transformações territoriais**

**THE ‘BIG PROJETS’ AND THE BRAZILIAN AMAZON URBANIZATION
PROCESS: social consequences and territorial transformations**

**LOS ‘GRANDES PROYECTOS’ Y EL PROCESO DE URBANIZACIÓN DE LA
AMAZONÍA BRASILEÑA: consecuencias sociales y transformaciones territoriales**

Norbert Fenzl

Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade de Viena e Pós-doutor pela Universidade Técnica de Viena. Professor Titular do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/UFPA.

nfenzl@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-6548-2974>

Daniel Sombra

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Geógrafo do Núcleo Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/UFPA.

dsombra@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0002-5208-2429>

Otávio do Canto

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor Titular do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/UFPA.

ocanto@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-6209-9646>

André Farias

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor Adjunto do Núcleo de Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/UFPA.

andrefarias@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0002-0982-4212>

Fernanda Nascimento

Doutora em Ciências da Terra pela Universidade de Viena e Pós-doutora pela Universidade de Paris 12. Professora Adjunta do Instituto de Engenharia e Geociências da Universidade Federal do Oeste do Pará – IEG/UFOPA.

snfernanda@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0002-3190-2117>

Recebido para avaliação em 30/06/2020; Aceito para publicação em 10/11/2020.

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese da relação entre os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização da Amazônia brasileira e aponta para as consequências sociais e territoriais decorrentes. A pesquisa pretende analisar (i) a origem e o desenvolvimento das grandes contradições e conflitos socioeconômicos que caracterizam as cidades amazônicas, e (ii) o resultado das mudanças impostas na organização do espaço geográfico, baseada no padrão de uso da terra, que satisfaz principalmente os interesses dos grandes empreendimentos do agrobusiness da pecuária e da mineração.

Palavras-chave: Urbanização; Amazônia Brasileira; Conflitos Sociais; Ocupação Territorial.

ABSTRACT

This paper presents a synthesis regarding of relationship between the “Big Projects” and the urbanization process in the Brazilian Amazon and points to the resulting social and territorial consequences. The research intends to analyze (i) the origin and development of the contradictions and social conflicts that characterize the Amazonian cities and (ii) the result of the changes imposed on the territorial organization, based on the land use pattern, which mainly satisfies the interests of the large enterprises linked to agribusiness, livestock and mining.

Keywords: Urbanization; Brazilian Amazon; Social Conflicts; Territorial Occupation.

RESUMEN

Este artículo presenta una síntesis de la relación entre los “Grandes Proyectos” y el proceso de urbanización en la Amazonía brasileña y señala las consecuencias sociales y territoriales resultantes. La investigación pretende analizar (i) el origen y el desarrollo de las grandes contradicciones y conflictos socioeconómicos que caracterizan a las ciudades amazónicas, y (ii) el resultado de los cambios impuestos en la organización del espacio geográfico, en función del patrón de uso del suelo, que satisface principalmente Los intereses de las grandes empresas en el sector agropecuario y minero.

Palabras clave: Urbanización; Amazonia Brasileña; Conflictos Sociales; Ocupación Territorial.

INTRODUÇÃO

Gonçalves (2001), em um esforço de síntese, argumenta que entre 1616 e 1960, a Amazônia esteve organizada aos moldes do que nomeou de “padrão de organização espacial rio-várzea-floresta”, com as principais atividades econômicas sendo as extrativistas, e com a urbanização dendrítica como característica marcante, pois a malha fluvial conectava as cidades às áreas de produção, na várzea, e floresta adentro.

A Amazônia Legal brasileira foi estabelecida no artigo 2 da Lei n. 5.173, de 27/10/1966 e tinha por objetivo definir a área de atuação político-administrativa da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no período de implantação dos chamados “Grandes Projetos” (CANTO et al., 2015; SOARES et al., 2016a).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal atualmente é composta por 772 municípios distribuídos em nove estados¹, com área de 5.020.791 km² e equivale, aproximadamente, a 60% do território brasileiro, possuindo ainda normas específicas no que tange à questão agrária e ambiental, o que justifica a continuação de sua existência legal.

¹ Os estados são os sete estados da Região Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; acrescidos de um estado da Região Centro-Oeste, o Mato Grosso, e um estado da Região Nordeste, o Maranhão, este apenas em sua metade oeste.

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica de urbanização da Amazônia Brasileira, e sua relação com a implantação dos “Grandes Projetos”, no contexto das características específicas da ocupação do espaço amazônico dentro do modelo econômico e político atualmente dominante globalmente e no Brasil. Ao analisar o processo desigual e contraditório a partir do qual a região se urbanizou, traça-se um quadro dos complexos problemas socioeconômicos e socioambientais nela presentes.

A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A ocupação da Amazônia brasileira se originou como uma reação ao ataque às colônias *plantacionistas* brasileiras (MOREIRA, 2015). No processo de reconquista lusitana das áreas atlânticas, ocupadas por franceses e holandeses, houve um avanço militar português em direção ao grande estuário da bacia hidrográfica amazônica, vagamente ocupado por estabelecimentos ingleses, franceses e flamengos (ANDRADE, 1993)².

As dinâmicas estabelecidas pelos colonizadores nessa nova porção do território foram distintas em relação à colônia brasileira. Em primeiro lugar, enquanto no Brasil, em duzentos anos de colonização, apenas a faixa atlântica estava efetivamente ocupada, na Amazônia, em pouco menos de setenta anos, praticamente toda a bacia hidrográfica estava sob o jugo português (VERÍSSIMO, 1970). Dois fatores colaboraram para isso: a situação política do momento da tomada da Amazônia, durante a União Ibérica (1580 a 1640), período em que as Coroas portuguesa e espanhola tiveram o mesmo monarca, diluindo as linhas estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas (ANDRADE, 1993), e as características do ambiente amazônico, que permitiu acesso rápido ao continente através da calha fluvial, em oposição à cadeia de serras que os portugueses encontram ao largo do litoral atlântico³ (MACHADO, 1989).

Em segundo lugar, as relações de trabalho engendradas, bem como o controle da força de trabalho ocorreu, majoritariamente, de modo distinto em relação ao restante da Colônia brasileira (SOARES, 2016). Enquanto no Brasil predominou o arranjo espacial *bandeirante*, com a destruição das comunidades indígenas e com o uso de força de trabalho escravizada oriunda do continente africano, na Amazônia predominou o arranjo espacial

² Ainda que a força de trabalho empregada no exército português tenha sido basicamente tupinambá (HARRIS, 2017).

³ A colonização deixou marcas profundas de dominação. Apesar da Cabanagem ter como palco a Amazônia, e constituir-se numa das maiores revoluções populares da história, a alienação imposta à população fincou raízes de divisionismo, impotência e acomodação. Haveria de forjar um processo contra hegemônico de reforço à identidade regional e descolonização (HARRIS, 2017).

jesuítico, em que ordens religiosas (com destaque para os jesuítas) reagrupavam uma série de nações indígenas agora sob o seu comando (MOREIRA, 2015).

A necessidade de força de trabalho em uma colônia onde não se conseguiu implantar com êxito monoculturas, nem se logrou a mineração de ouro, impulsionou um tratamento de regulação jurídica também distinto. Até 1775, a área abrangida pela bacia hidrográfica amazônica estava sob a jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em São Luís (1616-1736), e posteriormente Belém (1736-1775). O governador desse Estado respondia diretamente à Coroa em Lisboa, não estando sujeito ao Brasil, cuja capital era Salvador. Situação alterada pelo Marquês de Pombal em 1775, que unificou as duas colônias, criando uma capital única: o Rio de Janeiro.

Conforme Reis (1993), a dificuldade de povoamento fez com que a Coroa criasse leis exclusivas para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, incentivando o casamento de soldados portugueses com mulheres indígenas. Também para Wagley (1988), os incentivos que o Governo da metrópole concedera aos colonos como recompensa pelos casamentos com as mulheres indígenas contribuíram para o crescimento demográfico amazônico, originando uma população mestiça⁴. A expulsão das companhias religiosas por Pombal derivou na substituição do controle da força de trabalho em favor de empresas comerciais, inicialmente sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a qual incrementou a economia regional (PENTEADO, 1973), mas isso não alterou o *modus operandi* da economia amazônica: essencialmente extrativista.

A base da alimentação era o pescado (VERÍSSIMO, 1970), enquanto as distintas espécies vegetais regionais, conhecidas como “drogas do sertão”, eram as mercadorias de exportação, com destaque para o cacau. Como os indígenas não podiam oficialmente ser escravizados, desenvolveram-se relações de trabalho baseadas em um *proto-assalariamento*: uma escravidão por dívidas que foi aperfeiçoada durante o Ciclo da Borracha, e ganhou o nome de “regime de aviamento” (HARRIS, 2017).

É necessário ter cuidado ao classificar as atividades econômicas amazônicas anteriores aos anos 1960 como rudimentares, uma vez que a atividade pesqueira possuía barcos que alcançavam vinte toneladas já no início do século XX (VERÍSSIMO, 1970), e mesmo antes da borracha, a exportação do grude de gurijuba⁵ (*Arius luniscutis*) respondia

⁴ É importante destacar também a presença do povo negro escravizado. A participação da força de trabalho negra nas atividades produtivas tornou-se complementares à escravidão indígena (REIS, 1993). A formação social da Amazônia ainda tem a presença de brancos estrangeiros e, posteriormente, migrantes nordestinos. Este caldo cultural permitiu não apenas a mestiçagem, mas uma enorme gama de diversidade sociocultural (HARRIS, 2017).

⁵ De acordo com Gualberto (2009), a importância da exportação do grude de gurijuba era de tal relevância a ponto desse elemento ter merecido representação especial no objeto mais representativo do Ciclo da Borracha em Belém: o Teatro da Paz. Assim, “O hall de entrada é composto por materiais decorativos

por 2/3 da cola produzida na Inglaterra em plena Revolução Industrial (FURTADO, 1987).

Para Furtado (1981), a depreciação da economia extrativista ocorreu a partir do momento em que se engendrou um projeto de integração da economia nacional subordinado à economia do Sudeste do Brasil, a partir do qual tudo o que havia na Amazônia foi classificado como tradicional, ultrapassado ou artesanal. Para Soares (2016) é preciso compreender que a formação da Amazônia enquanto “Amazônia brasileira” é um processo de destruição de uma formação espacial autônoma para a construção de um apêndice da formação espacial brasileira. Conforme Harris (2017), a revolta da Cabanagem e as rupturas trazidas por esse evento constituem o momento da passagem da formação do Grão-Pará para a criação de uma Amazônia como parte do Brasil.

Mourão (1989) ilustra como no início do século XX, Belém e São Luís eram a terceira e quarta cidades mais industrializadas do Brasil, atrás do Rio de Janeiro e Salvador, bem à frente de São Paulo, processo que começa a ser alterado após a crise da borracha, com o Convênio de Taubaté (concentrando recursos nacionais no café paulista) e, por fim, com a Era Vargas e os interventores indicados para os estados que desarticularam, por dentro, a economia regional (CANO, 2002). Conforme Sarges (2010), essas atividades extrativistas estavam sob o comando de oligarquias regionais, as quais aplicavam seus recursos em Belém, sendo impossível conceber a concentração de riquezas na metrópole sem compreender as atividades produtivas polarizadas por Belém.

Já Penteado (1973) ilustra como o sistema portuário de Belém, reformulado pela atividade da borracha, foi basicamente sustentado pelas atividades extrativistas até os anos 1960, com intenso fluxo inter-regional e internacional, mas fraco nacionalmente. Portanto, a atividade extrativista estabelecida na Amazônia não era necessariamente apenas a das pequenas comunidades espalhadas ao largo da bacia, mas havia processos produtivos de larga escala, de exportação internacional, controlado pelas elites regionais baseada na superexploração da força de trabalho regional.

Até o século XX, mais precisamente nas décadas de 1950/1960, não havia conexões terrestres da Amazônia brasileira com o restante do Brasil, e suas relações eram mais intensas com a Europa por meio do comércio de recursos naturais e importação de produtos industrializados. Um dos maiores exemplos são a exploração e o comércio de borracha, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, Belém e Manaus

importados da Europa: ferro fundido inglês nos arcos das portas; escadaria em mármore italiano; lustre francês; bustos em mármore de Carrara dos escritores brasileiros José de Alencar e Gonçalves Dias; estátuas em bronze francês; piso com pedras portuguesas formando mosaico e coladas com o grude da Gurijuba (peixe encontrado na Amazônia, e que enriqueceu a muitos); paredes e teto pintados representando as artes gregas” (GUALBERTO, 2009, p. 39-40).

procuravam reproduzir o estilo de vida europeu, o que pode ser visto pelo aspecto arquitetônico⁶. A *belle époque* ilustra bem essa condição (SARGES, 2010).

A conectividade decorre da construção das estradas, nas décadas de 1960-1970, com destaque para a Belém-Brasília (BR-010), a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163). No entanto, o mais importante instrumento de conectividade se deu a partir das redes de energia e telecomunicações, permitindo ligação mais rápida e eficiente com o território nacional e com o exterior⁷.

A segunda mudança estrutural encontra-se no plano econômico e foi promovida pela transformação de uma economia extrativista tradicional para um extrativismo moderno e, como resultado desse processo, a Amazônia brasileira apresenta hoje uma das maiores explorações minerais do Brasil e do mundo, cujos destaques empresariais no setor são a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale; a Mineração Rio do Norte (MRN) e a *Aluminum Company of America* (ALCOA) (CANTO, 2015)⁸.

A terceira mudança estrutural importante na Amazônia está vinculada à estrutura de povoamento. Nesse aspecto, é importante observar que, de acordo com o Censo de 1960, dos 70.191.370 habitantes do país, aproximadamente 38,5 milhões viviam no campo e 31,5 milhões nas cidades. Na década seguinte (1970), a população urbana supera a população rural – 52.084.984 e 41.054.053, respectivamente. Quatro décadas depois, o Censo de 2010 indicou que dos 190.732.694 milhões de habitantes, somente 29.852.986 (15,65%) viviam no campo e 160.879.708 (84,35%) nas cidades. Assim sendo, se for considerada a curva estatística da situação de domicílio da população brasileira, verifica-se que a população do campo retraiu enquanto a da cidade teve um expressivo crescimento.

A URBANIZAÇÃO PROGRESSIVA DA AMAZÔNIA E SUA RELAÇÃO COM OS GRANDES PROJETOS

A Amazônia brasileira segue o mesmo ritmo, embora a superação da população rural pela urbana tenha sido registrada somente no Censo de 1991, quando a população

⁶ Belém e Manaus se tornaram cidades partícipes do sistema de comércio e valores mundiais, europeizando-se, com suas hinterlândia tendo que responder à demanda industrial europeia em larga escala. Processo similar ocorria na Amazônia peruana (RUMRRILL; ZUTTER, 1976). As metrópoles amazônicas tornaram mais complexas suas forças produtivas e suas relações de produção (SOMBRA et al., 2018).

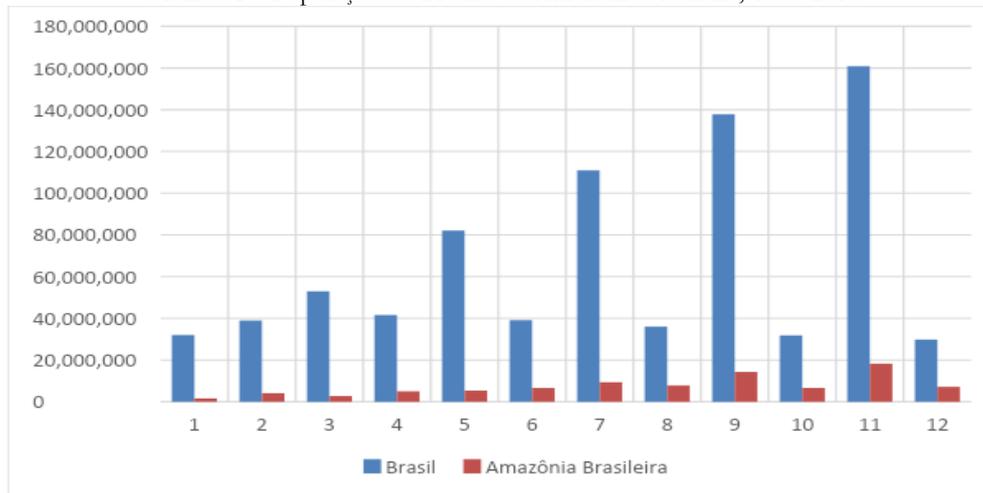
⁷ Os impactos e conflitos socioambientais desses grandes projetos e nova conectividade foram, e ainda são, um importante tema de pesquisa. Pois, aniquilaram fauna, flora e diversidade cultural, etnias indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pescadores artesanais e extrativistas tiveram suas vidas transformadas e novos sujeitos sociais como: garimpeiros; madeireiros; grileiros e pecuaristas se apropriaram de territórios, promovendo conflitos, muitas vezes com a permissividade do próprio Estado.

⁸ Os efeitos dos projetos minerários são questionados pelas populações locais. Pois, representam baixo desenvolvimento e altos impactos socioambientais, com poluição de rios, baixo aproveitamento da mão de obra local, desmatamento e apropriação desigual da energia hidrelétrica utilizada no processo produtivo.

urbana atingiu 9.580.105 (55,74%) habitantes e a rural, 7.607.935 (44,26%). No Censo 2010, essa diferença se acentuou ainda mais – população urbana de 18.294.459 (71,81%) e rural de 7.179.906 (28,19%). Portanto, a população rural retraiu entre os referidos censos, predominando atualmente a população urbana. Tais situações podem ser visualizadas nos gráficos 1 e 2 relativos à representação populacional do Brasil e da Amazônia, no período de 1960 a 2010, ressaltando a população urbana e rural.

As cidades não se preparam para acolher esse fluxo migratório, e a pressão sobre serviços públicos (educação, saúde, saneamento e habitação) foi enorme. Belém e Manaus tornaram-se metrópoles *a forceps*. Ademais, a população em sua maioria empobrecida e analfabeta foi lutando por direitos à base de avanços e recuos⁹. Assim, os dados demográficos devem ser esmiuçados e colaborar para compreender a luta de classes.

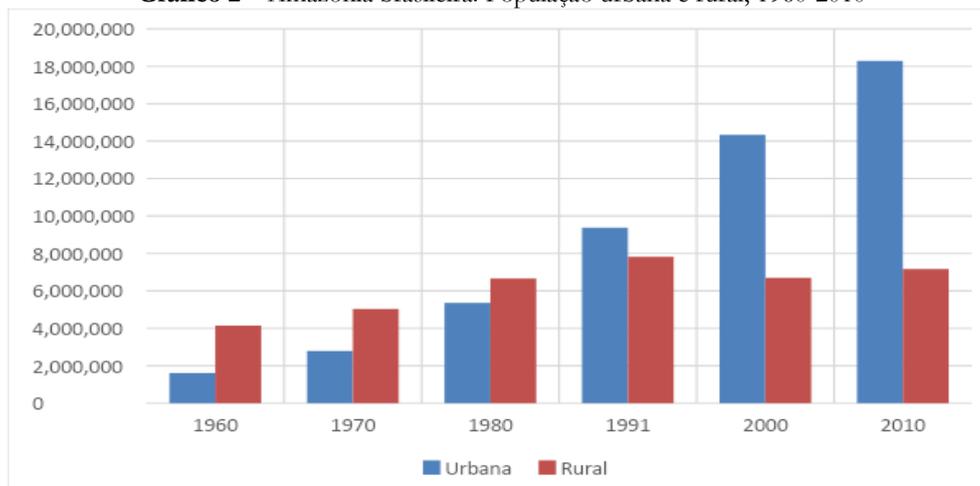
Gráfico 1 – População do Brasil e da Amazônia brasileira, 1960-2010



Elaboração: Dos autores, baseada em Censo Demográfico IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

⁹ Nesse interim, é importante afirmar o papel das elites regionais amazônicas que se apropriaram de grande parcela dos recursos, ainda que em um cenário geral de penúria. Este não é o tema deste trabalho, mas é importante salientar que Nunes (1997) demarcou o fenômeno do Coronelismo no Brasil no momento (transição do império à república) em que as elites locais perderam grande parte de seus recursos e sua possibilidade de exploração econômica direta, passando a usar a esfera política para exercer dominação sobre as populações locais, através do comando dos recursos oriundos do Estado nacional. Castro (1992) estudou esse fenômeno especificamente para o caso do Nordeste. Os estudos de Soares (2016), Quaresma et al. (2015) e Soares et al. (2016b) tentam preencher essa lacuna para o quadro amazônico. As leituras de Silva (2004), Sarges (2010), Bastos (2017) e Harris (2017) fornecem pistas importantes para esta questão no quadro histórico.

Gráfico 2 – Amazônia brasileira: População urbana e rural, 1960-2010



Elaboração: Dos autores, baseada em Censo Demográfico IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Outro aspecto relevante do ponto de vista da estrutura de povoamento está vinculado à sua espacialização. No passado, o povoamento ocorria principalmente nas margens dos cursos fluviais. Contudo, ocorreu uma reorientação de povoamento a partir da abertura dos grandes eixos rodoviários e estradas vicinais (GONÇALVES, 2001). Uma nova forma de ocupação e dinamização econômica ajudou não só a mostrar as diferenças existentes, mas também produziu novas contradições, entre as quais o acirramento pelo uso da terra e apropriação dos recursos naturais e conflitos de diversas ordens (QUARESMA et al., 2015).

Não obstante, os *marginalizados* do campo e da floresta buscam reproduzir seus modos de vida rurais, agora nas áreas urbanas. Ocupação por moradias precárias, semelhantes às palafitas, em margens de igarapés, transformados em canais pelos novos processos modernizadores das macrodrenagens (LIMA, 2008); uso dos quintais como espaços de criação de pequenos animais e árvores frutíferas e trocas econômicas e culturais nas feiras livres, como o Ver-o-Peso, Porto da Palha e mercado de Icoaraci são algumas formas de resistências culturais (GRANCHAMP, 2019; SOMBRA et al., 2018).

Os anos 1970 e 1980 foram marcados por grandes investimentos, em especial, nos setores rodoviário, energético, agropecuário, comunicação e mineração. Na década de 1990 houve uma desaceleração dos investimentos estatais para esses setores, pois o modelo de intervenção então vigente entrou em profunda crise. Após esse período, o governo federal adotou um modelo de investimento em parceria com a iniciativa privada¹⁰. Os anos 2000 e 2010 representam uma retomada nos investimentos no formato de grandes projetos,

¹⁰ O Plano Brasil em Ação, juntamente com o Plano Real, ambos na chamada Era FHC, em referência ao presidente Fernando Henrique Cardoso, foram adotados como soluções para a crise fiscal e econômica. As privatizações foram estimuladas e a Amazônia estava, mais uma vez, aberta aos interesses industriais e rentistas (BRANDÃO, 2012).

inclusive, com uma reprodução da Amazônia como uma colônia (ZIBECHI, 2012) ou fronteira de recursos (CARVALHO et al., 2018).

Aliados aos interesses das grandes empresas, os governos estadual e federal estimularam a ampliação da malha rodoviária, hidroviária e portuária (CASTRO et al., 2014; LEITE et al., 2018) e a expansão do agronegócio e da mineração com o uso de alta tecnologia na Amazônia, principalmente no Pará (CORDOBA et al., 2018; LEITE et al., 2016). Esse processo atualmente em curso implica em mudanças radicais no ordenamento territorial e na estrutura de povoamento, com acentuado processo de urbanização desordenada, uma vez que a infraestrutura urbana não tem conseguido acompanhar o ritmo de crescimento das cidades. Neste aspecto, o crescimento das cidades não se alinha à perspectiva de um desenvolvimento urbano sustentável.

Aliás, propostas e neologismos como “cidade sustentável” ou “cidades inteligentes” estão cada vez mais distantes da realidade das cidades amazônicas. O processo de metropolização de Belém confirma que tanto o meio ambiente quanto as inovações tecnológicas não são desenvolvidas nestes territórios urbanos. Como provam, para o caso de Belém, os déficits de saneamento (TABOSA et al., 2016); habitação (GUSMÃO; SOARES, 2018); perda de áreas verdes e instalação de ilhas de calor (CASTRO, 2009; CASTRO et al., 2011); inundações cada vez mais intensas (SOARES et al., 2018); aumento da violência urbana (CHAGAS, 2014; COUTO, 2019; VIEIRA et al., 2019); falta de mobilidade urbana (CASTRO, 2015, 2017) e falência do sistema público de transporte (CASTRO; SOARES, 2017).

Essas questões gerais de problemas urbanos e falência do modelo de cidade erigido na Amazônia se repetem para os casos de Manaus (MACIEL; LIMA, 2013; CASTRO, 2016), Boa Vista (OLIVEIRA; COSTA, 2018), Rio Branco (LEITE, 2010), Porto Velho (CAVALCANTE et al., 2011), Cuiabá (SIQUEIRA; VILARINHO NETO, 2012), São Luís (CASTRO, 2016), Macapá (AMARAL, 2010; CHAGAS et al., 2019), Santarém (RODRIGUES, 2017) e Marabá (AMARAL, 2010; RODRIGUES, 2017).

A face urbana que passou a caracterizar a Amazônia está em relação com a nova organização do seu espaço geográfico de forma geral. Para Gonçalves (2001), a partir dos anos 1960, há o predomínio de um “padrão de organização espacial estrada - terra firme - subsolo”¹¹, em que as novas atividades econômicas mais importantes necessitam da

¹¹ Gonçalves (2001) alerta que essa categorização em padrões de organização espacial é um esforço de síntese. Porém, há autores que produziram pesquisas em porções particulares da Amazônia Brasileira, e pensaram em outros padrões de organização espacial além dos dois propostos por Gonçalves (2001). Castro (2017, p. 278) frisa que para compreender as dinâmicas espaciais da Zona Bragantina é necessário considerar o papel exercido pela Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no trajeto Belém-Bragança, a qual, para o autor, promoveu um Padrão de Ocupação Intermediário, nomeado de “Estrada – Terra Firme – Solo”, onde a

derrubada da cobertura vegetal, com destaque para a extração madeireira, a agropecuária e a mineração (GONÇALVES, 2001). A malha rodoviária altera sistemas produtivos (QUARESMA et al., 2015) modificando as funções da rede de cidades da região, sobretudo as cidades médias e pequenas, e a hierarquia urbana existente até os anos 1960 (RIBEIRO, 2017; CASTRO et al., 2019). Foi, assim, implantada uma série de “vetores tecno-industriais” (BECKER, 2008; 2009).

Contudo, o peso da formação espacial herdada da colonização é grande (ROCHA et al., 2019). É inegável que as atividades produtivas foram alteradas a partir da implantação dos Grandes Projetos (ROCHA, 2008). Porém, ao analisar os quarenta municípios com a maior população (estimativa em 2016) na Amazônia (Tabela 1), fica patente reconhecer que a estrutura urbana construída sobre a malha fluvial determinou o padrão hegemônico de urbanização. Pois, 70% das cidades amazônicas mais populosas têm origem fluvial, 27% origem rodoviária e apenas 3% têm origem ferroviária.

Tabela 1 – Municípios com mais de 100 mil habitantes na Amazônia Legal (2010, 2016)

Município	UF	População em 2010	Estimativa em 2016	Origem
Manaus	Amazonas	1.802.014	2.130.264	Fluvial
Belém	Pará	1.393.399	1.446.042	Fluvial
São Luís	Maranhão	1.014.837	1.082.935	Flúvio-marítima
Cuiabá	Mato Grosso	551.098	585.367	Fluvial
Ananindeua	Pará	471.980	510.834	Rodoviária
Porto Velho	Rondônia	428.527	511.229	Fluvial
Macapá	Amapá	398.204	465.495	Fluvial
Rio Branco	Acre	336.038	402.057	Fluvial
Santarém	Pará	294.580	294.447	Fluvial
Boa Vista	Roraima	284.313	326.419	Fluvial
Várzea Grande	Mato Grosso	252.596	271.339	Fluvial
Imperatriz	Maranhão	247.505	253.873	Fluvial
Marabá	Pará	233.669	272.172	Fluvial
Palmas	Tocantins	228.332	279.856	Rodoviária
Rondonópolis	Mato Grosso	195.476	218.899	Fluvial
Castanhal	Pará	173.149	192.571	Ferrovária
São José de Ribamar	Maranhão	163.045	176.008	Flúvio-marítima
Parauapebas	Pará	153.908	196.259	Rodoviária
Araguaína	Tocantins	150.084	167.176	Fluvial
Abaetetuba	Pará	141.100	151.934	Fluvial
Cametá	Pará	120.896	132.515	Fluvial
Ji-Paraná	Rondônia	116.610	131.560	Fluvial
Bragança	Pará	113.227	122.881	Flúvio-marítima
Sinop	Mato Grosso	113.099	132.934	Rodoviária
Marituba	Pará	108.246	125.435	Rodoviária
Paço do Lumiar	Maranhão	105.121	119.915	Rodoviária
Açailândia	Maranhão	104.047	110.543	Rodoviária
Parintins	Amazonas	102.033	112.716	Fluvial

produção objetivava garantir a reprodução das relações de produção na capital, Belém. Já Miranda (2009), analisando os municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, propôs outra periodização de padrões espaciais para essa área: *a*) Padrão Rio – Várzea – Floresta (1616-1874); *b*) Padrão Cidade – Estrada de Ferro – Colônia (1875 – 1965); *c*) Padrão Rodovia – Cidade – Colônia (anos 1960 em diante).

Santana	Amapá	101.262	113.854	Fluvial
Bacabal	Maranhão	100.014	103.020	Rodoviária
Barcarena	Pará	99.859	121.074	Fluvial
Altamira	Pará	99.075	111.938	Fluvial
Paragominas	Pará	97.819	108.547	Rodoviária
Itaituba	Pará	97.493	98.485	Fluvial
Tucuruí	Pará	97.128	122.881	Fluvial
São Félix do Xingu	Pará	91.340	121.817	Fluvial
Ariquemes	Rondônia	90.353	105.896	Fluvial
Breves	Pará	92.860	99.080	Fluvial
Tailândia	Pará	79.297	100.300	Rodoviária
Vilhena	Rondônia	76.202	99.801	Rodoviária

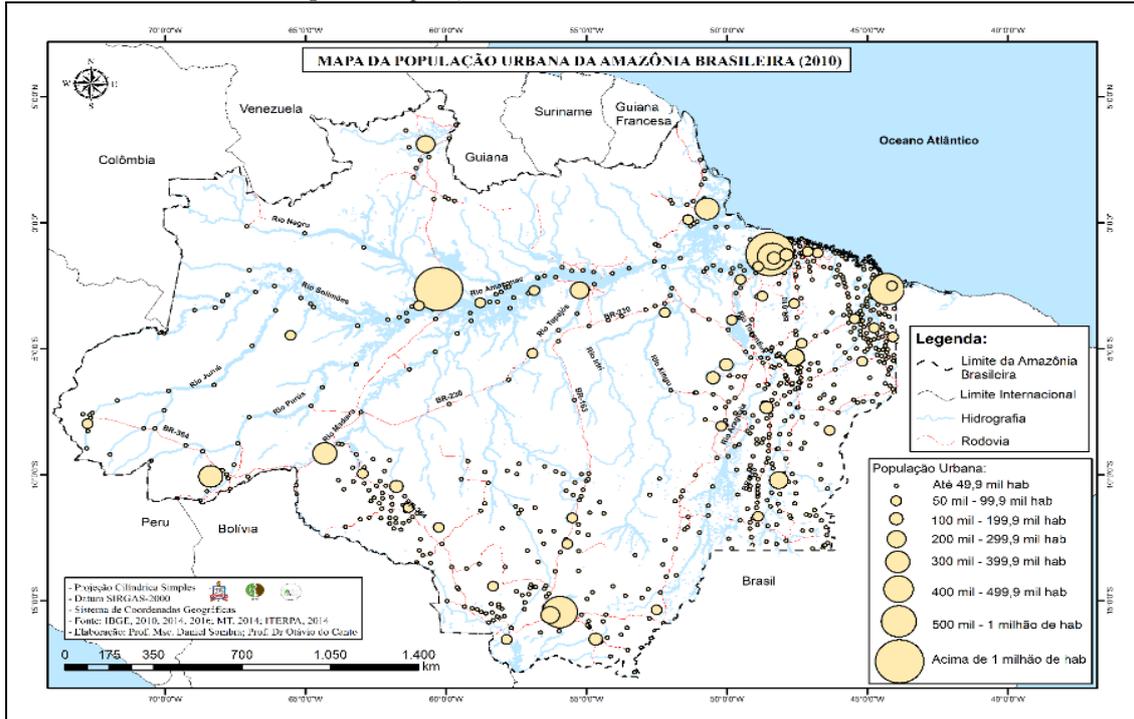
Elaboração: Dos autores, baseada em IBGE (2011, 2017).

Ao analisar os dados dispostos na Tabela 1, percebe-se a preponderância de municípios do estado do Pará, o qual possui uma rede urbana mais complexa em relação aos demais estados (AMARAL, 2010). Porém, a urbanização é um fenômeno estrutural, o que levou Becker (2009) a falar em uma “floresta urbanizada”. Piraux et al. (2013; 2017; 2019) concluem que os planos de desenvolvimento pensados para a Amazônia induzem à concentração demográfica nas cidades, o que se nota em Paragominas, Abaetetuba, Cametá e Tailândia, todas no estado do Pará. Maciel e Lima (2013) indicam que a institucionalização de uma série de políticas públicas para o desenvolvimento econômico nos municípios vizinhos a Manaus, após a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM), em 2007, acarretou fenômeno similar.

Para Maciel e Lima (2013), o caso das políticas habitacionais empreendidas no município de Iranduba, após a construção da Ponte do Rio Negro, que o liga a Manaus, ilustra como o Estado é um importante agente modelador do espaço urbano e que induz processos de valorização da terra, podendo proceder ao processo de conversão de terra rural em terra urbana, atuando no processo de metropolização do espaço. Essa indução à metropolização por meio da expansão do mercado imobiliário é realizada dentro de um marco jurídico (RMM) e de um marco de ação (construção da ponte) que permitem a reconfiguração espacial de Iranduba, tendo, neste caso, o mercado imobiliário como principal agente nas mudanças da paisagem, do uso da terra e de novas concepções sobre a terra (MACIEL; LIMA, 2013).

No Mapa 1 da população urbana da Amazônia, a seguir, é possível observar a espacialização das cidades amazônicas conforme o número de habitantes e sua localização, às margens dos cursos fluviais (sistema de distribuição populacional mais antigo) ou às margens das estradas (sistema de distribuição populacional mais recente), condição que requer extrema relevância do ponto de vista do planejamento relativo ao desenvolvimento urbano sustentável das cidades amazônicas.

Mapa 1 – População urbana da Amazônia brasileira, 2010



Elaboração: Dos autores, baseada em IBGE (2010).

Becker (2009) argumenta que a Amazônia do século XXI possui uma grande complexidade socioespacial. Se, por um lado, historicamente, o extrativismo vegetal foi hegemônico, hoje, por outro lado, a Amazônia representa o segundo lugar do país em exploração mineral (Tabela 2) e o terceiro lugar na produção de bens de consumo duráveis (Tabela 3), embora, com relação ao total do PIB industrial, a Região Norte do Brasil (Ou seja: a Amazônia menos os estados do Mato Grosso e Maranhão) ainda seja a última do país no valor absoluto bruto.

Tabela 2 – Produção Mineral Beneficiada 2015: principais produtos e produtores

Substância	UF	Região	Quantidade	Und.
Alumínio (bauxita)	Pará	Norte	33.240.406	t
	Minas Gerais	Sudeste	1.732.392	t
	Goiás	Centro-Oeste	527.102	t
	São Paulo	Sudeste	215.532	t
Cobre	Pará	Norte	839.689	t
	Goiás	Centro-Oeste	242.523	t
	Bahia	Nordeste	89.457	t
Estanho (Cassiterita)	Amazonas	Norte	18.892.566	kg
	Rondônia	Norte	6.792.617	kg
	Pará	Norte	2.969.937	kg
	Minas Gerais	Sudeste	539.970	kg
	São Paulo	Sudeste	27.104	kg
Ferro	Minas Gerais	Sudeste	294.954.065	t
	Pará	Norte	129.599.881	t
	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	5.869.069	t
	São Paulo	Sudeste	367.256	t
	Goiás	Centro-Oeste	30.018	t
	Amapá	Norte	16.038	t

Manganês	Pará	Norte	1.967.293	t
	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	734.639	t
	Minas Gerais	Sudeste	95.262	t
	Rondônia	Norte	17.141	t
	Mato Grosso	Centro-Oeste	1.341	t
	Bahia	Nordeste	1.000	t
Nióbio	Minas Gerais	Sudeste	132.501	t
	Goiás	Centro-Oeste	20.208	t
	Amazonas	Norte	16.815	t
	Rondônia	Norte	5.160	t
Níquel	Goiás	Centro-Oeste	137.396	t
	Bahia	Nordeste	114.656	t
	Pará	Norte	83.551	t

Fonte: DNPM, 2016.

Tabela 3 – Percentagem da produção de bens de consumo duráveis (rádio, TV, som e vídeo) no Brasil, 2010

Região	Porcentagem
Região Norte	47,4
Demais Regiões do Brasil	52,6

Fonte: IBGE, 2010.

Ainda sobre os Grandes Projetos, faz-se importante destacar a infraestrutura energética. As primeiras grandes usinas hidrelétricas foram implantadas durante a Ditadura Militar, com destaque para Tucuruí no Pará, e Balbina no Amazonas (ROCHA, 2008). Porém, nos anos 2000 e 2010, novos projetos de construção foram levados a cabo, com destaque para Belo Monte no Pará (QUARESMA, 2016), e Jirau e Santo Antônio em Rondônia (CAVALCANTE et al., 2011). A Região Norte em 2015 era a quarta produtora em energia elétrica do Brasil (Tabela 4). Contudo, em 2015 ainda não se encontravam em produção as supracitadas hidrelétricas. Belo Monte, quando plenamente finalizada, possuirá a capacidade de 11.233 MWh – será a segunda maior hidrelétrica do Brasil –, enquanto Jirau (3.750 MWh) e Santo Antônio (3.568 MWh) serão, respectivamente, a quarta e a quinta hidrelétrica do Brasil em capacidade (Tabela 4).

Tabela 4 – Geração de Energia Elétrica Regional no Brasil em 2015 (GWh)

Região	Capacidade (GWh)
Sul	151.312
Sudeste	113.748
Nordeste	83.855
Norte	83.674
Centro-Oeste	53.302
Total	485.891

Fonte: BRASIL, 2016.

Carvalho e Domingues (2016) trabalharam com uma série de dados socioeconômicos, e testaram cenários projetivos a partir do modelo “Equilíbrio Geral Computável”, chegando a algumas considerações sobre projeções econômicas até 2013 para a Amazônia brasileira. Para Carvalho e Domingues (2016), o crescimento do PIB

regional indica que as regiões do Rio Madeira, de Guaporé, o Leste Rondoniense, o Sul do Amapá e o Norte Mato-Grossense serão as mais beneficiadas no cenário de crescimento econômico. Para os autores, o cenário macroeconômico apresenta elevado aumento do consumo e do investimento (acima de 3% ao ano, em média), e, conseqüentemente, as regiões com parcela maior desses indicadores no PIB são mais beneficiadas. Destarte, para Carvalho e Domingues (2016), o mercado interno apresenta maior relevância para a Amazônia brasileira, que o comércio externo cujo crescimento futuro será menor.

As projeções a partir das séries estatísticas do setor produtivo também indicam possibilidade de aumento das exportações de soja e bovinos, o que favoreceria regiões especializadas nesses dois setores. Em uma grande síntese por regiões da Amazônia brasileira, Carvalho e Domingues (2016) indicam que as regiões de Madeira e Guaporé e Sul do Amapá se destacam por apresentarem elevada participação do consumo no PIB, ao passo que o Leste Rondoniense tem a sua economia estimulada pelo aumento da demanda externa por carne, já que é uma região importante na produção de bovinos.

Já o Norte Mato-Grossense, para os autores, é impulsionado pelo aumento da demanda de soja e bovinos, uma vez que é a maior região produtora na Amazônia. A região do Centro Amazonense apresenta crescimento do PIB, investimento, gasto do governo, consumo das famílias e emprego, significativamente abaixo da média da Amazônia brasileira. É importante considerar que no Centro Amazonense se localiza a Zona Franca de Manaus, e por isso, essa região possui quase 90% de sua produção nos setores industriais e de serviços. Já o emprego no setor de Silvicultura e Exploração Florestal crescerá mais nas mesorregiões do Sudoeste e do Sul Amazonense e também no Sudoeste Paraense, 3% acima do crescimento total na Amazônia brasileira. O Leste Rondoniense apresenta o maior crescimento do emprego nos setores de serviços e público.

Em geral, para Carvalho e Domingues (2016), as regiões da Amazônia brasileira são voltadas às atividades agropecuárias e extrativistas, sendo o crescimento do emprego industrial significativo apenas na Região Metropolitana de Belém (RMB), na Região Metropolitana de Manaus (RMM), mas também no Sudeste Paraense e no Norte Mato-Grossense. É necessário considerar que essas projeções importantes se baseiam em curvas estatísticas que podem ser alteradas por cenários geopolíticos concretos e que, embora a atividade econômica seja estruturante do desenvolvimento, o maior desafio para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira está mais na distribuição das riquezas do que na produção material em si, o que aponta a necessidade de considerar na devida medida as características sociais e culturais que orientam os padrões do desenvolvimento urbano da Amazônia Brasileira.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS CIDADES E TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

Conforme visto, a produção do espaço amazônico foi estruturada a partir do controle estabelecido na esfera da circulação¹². Não somente o controle dos produtos do trabalho¹³, mas o próprio controle da força de trabalho organizada em aglomerados comunitários, dos limites da propriedade e os espaços concretos de vida eram perpassados pela circulação, principalmente na sua fase flúvio-marinha (SOARES, 2016). Como a base econômica era o extrativismo, ainda que houvesse propriedades, o controle da vida se dava pelo controle dos rios e áreas de várzea, daí a rede urbana nascente na Amazônia como uma rede urbana dendrítica (CORRÊA, 1987).

O estabelecimento do sistema ferroviário (bem como a modernização do setor portuário) na Amazônia se deu em conjunção a esse sistema produtivo extrativista (ROCHA et al., 2019). O maior destaque cabe à famosa Ferrovia Madeira-Mamoré¹⁴. Na zona de influência da produção da castanha, também houve a construção de malha ferroviária em Tucuruí (ROCHA, 2008). Para Almeida e Ribeiro (1989), o sistema de transporte ferroviário sempre desempenhou um papel complementar no quadro logístico da Região Norte como um todo¹⁵.

A zona costeira amazônica sediou a mais importante das ferrovias implantadas: a Estrada de Ferro Belém-Bragança, construída para dinamizar a agricultura na hinterlândia de Belém (MIRANDA, 2009). O sistema portuário de Belém foi modernizado para dar vazão aos fluxos da borracha. Não obstante, os fluxos internos de troca de produtos entre Belém e sua hinterlândia sempre foram intensos, rivalizando, ou mesmo superando os fluxos internacionais derivados da borracha registrados no Porto de Belém (PENTEADO, 1973).

Na passagem do século XIX ao XX, a exploração da borracha incentivou investimentos para outros setores produtivos amazônicos. Os seringalistas também comandavam outras atividades (pesca, comércio, extrativismo de outros produtos etc.), além de estarem à frente do processo de modernização da cidade de Belém, encampando as empresas que empreendiam as obras públicas, durante a gestão de Antônio Lemos (SARGES, 2002). O crescimento da cidade de Belém tornou a divisão do trabalho mais

¹² Aqui há uma grande distinção com a formação espacial erigida no resto do Brasil a partir do que Moreira (2015) nomeia de “lógica plantacionista”, em que o controle do trabalho se dava diretamente no interior das fazendas, que por sua vez não representavam apenas os espaços de trabalho, mas também os espaços vividos.

¹³ As drogas-do-sertão, cacau, pescado, borracha, castanha etc.

¹⁴ Cujas construção foi capitaneada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar, que também empreendeu a modernização do Porto de Belém (PENTEADO, 1973)

¹⁵ Isso seja em relação ao que nomeiam de “transporte antigo” (hidroviário) ou ao “transporte moderno” (rodoviário e aeroviário). Os autores também defendem periodizar a produção do espaço amazônico a partir do sistema de transportes, o que também é defendido por Castro (2017).

complexa, passando a agregar funções propriamente urbanas e demandar mais produtos de sua hinterlândia.

A implantação do sistema ferroviário objetivou a colonização efetiva da Zona Bragantina. A partir de sua construção, novos assentamentos foram criados, em conjunção às políticas oficiais do Governo do Pará de atração de força de trabalho nordestina (LOUREIRO, 1985), gerando uma estrutura agrícola baseada na agricultura familiar, estruturada a partir de minifúndios. Assim, a colonização no Nordeste Paraense deu origem a um lento processo de “mini-fundização”, com lotes agrícolas cultivados com lavouras temporárias, principalmente a mandioca, e lavouras permanentes (MIRANDA, 2009). A tecnologia do cultivo continua a mesma então disseminada pelo Brasil: a coivara, a qual exigia rotatividade de áreas.

A *tendência* da contradição minifúndio-latifúndio se afirmou. A migração aumentou implicando em aumento da colonização e intensificação da produção em pequenos lotes. Sem a possibilidade de maiores pousios, face à redução dos lotes a um horizonte minúsculo, em poucas gerações, o solo servia apenas para plantações de mandioca. Valverde e Dias (1967) identificaram nessa área a predominância de cultivos de mandioca em decadência. A área de influência da Ferrovia Belém-Bragança possuía a maior parte das zonas que produziam com êxito mandioca comercial, ou mandioca consorciada com malva.

Os minifúndios haviam esgotado os limites do solo, com o uso de um estoque de técnicas mais comuns no resto do Brasil do que na Amazônia, onde a agricultura familiar (que se expandiu na planície costeira e nas áreas mais elevadas dos tabuleiros) não se combinava com extrativismo e pesca, como ainda ocorria nas áreas litorâneas. Surgem duas “faixas geoeconômicas” na zona costeira amazônica (ROCHA et al., 2019). Na primeira faixa, persistiam as relações típicas do aviamento, com posseiros praticando pesca e extrativismo, compromissados com atravessadores e proprietários de embarcações e comércios, ao mesmo tempo em que a agricultura, antes praticada em complemento ao extrativismo se tornou cada vez mais exclusividade das áreas dos tabuleiros.

Esse quadro possibilita identificar a existência de duas estruturas espaciais herdadas (ROCHA et al., 2019). A primeira diz respeito à zona de planícies fluviais e planícies de mangue, onde predominantemente ocorre extrativismo e pesca, enquanto a segunda diz respeito aos tabuleiros e à planície costeira, dominada por minifúndios da agricultura familiar. Esses minifúndios da zona costeira também constituíram a base do êxodo rural que se registraria nos anos 1970 e 1980, incentivando a continuação dos fluxos migratórios rumo às vilas e cidades. Muitas vezes irmãos, primos e filhos deixavam uma base familiar no seu lote e seguiam à cidade (LOUREIRO, 1985; LIMA, 2008).

Cavalcante et al. (2011) identificam também duas estruturas espaciais herdadas no caso do estado de Rondônia, onde o município de Porto Velho apresenta uma lógica econômica baseada no comércio e nas atividades extrativistas, e na rede de circulação fluvial, a qual se opôs à lógica da fronteira agrícola, contrapondo minifúndios e posseiros a latifúndios e agronegócio. Com a fronteira agrícola, houve uma intensificação das dinâmicas territoriais e econômicas, que derivou em processos de emancipação de municípios no sul e sudeste de Rondônia, bem semelhante ao que se desenvolveu no sul e sudeste do Pará, onde o “barlavento” da fronteira agrícola, também se deu numa grande fragmentação com criação de novos municípios (SILVA, 2004). Por outro lado, a implantação de duas hidrelétricas no Rio Madeira traz uma novidade nesse quadro rondoniense, pois, pela primeira vez as migrações não se dirigem mais ao sul do estado, senão ao seu extremo norte, ao município de Porto Velho (CAVALCANTE et al., 2011).

É importante considerar que esses padrões de desigualdade social e espacial, bem como a complexa relação com os ambientes amazônicos diversos, configuram “Amazônias” diferenciadas (MAUÉS, 1999), e também implicam em uma diversidade sociobiogeográfica. Todos estes povos construíram diversos modos de vida. Cada modo de vida implica um diferente uso do território. Tais usos, e não propriamente os objetos do território, são o que diferenciam o processo de construção da Floresta Cultural frente aos demais processos brasileiros e sul-americanos e o elemento em comum destes usos diz respeito à multiplicidade (GONÇALVES, 2001), pois não se havia consolidado historicamente nas Amazônias o uso hegemônico de uma atividade setorial agrária em detrimento de outras.

A agricultura, a criação de rebanhos, se deu em par com a silvicultura, a pesca, a caça e o extrativismo. Mesmo no auge do período da borracha, os seringueiros necessitaram de diferentes usos do território para sobreviver. Por outro lado, cabe notar a influência da cultura indígena, quilombola e, sobretudo, a ribeirinha nas imagens que se tem do modo de vida da região, sendo inegável o valor que estes trouxeram para a diversidade cultural amazônica.

O contexto de urbanização da população da Amazônia brasileira também reflete mudanças nas características socioculturais da região. Nitsch (2002) notou que as projeções de cenários variam de acordo com a escala da perspectiva de cada ator, se regional, nacional ou global. Para Nitsch (2002), a literatura aponta quatro cenários possíveis para o quadro social amazônico. Um deles é a continuação do quadro atual, que denomina de estado de periferia dependente, desflorestamento gradual, com presença de algumas áreas protegidas. Mas, caso a desigualdade social e os problemas ambientais não sejam combatidos com

políticas públicas efetivas, é possível que se materialize o que o autor nomeia de “o pior cenário possível”, de avanço da concentração de miséria e destruição da floresta.

Outros dois cenários possíveis para Nitsch (2002) são o que nomeia de “arquipélago territorial”, com desenvolvimento econômico e conservação em áreas distintas. Nesse cenário, algumas áreas da Amazônia brasileira estão avançando na diminuição dos seus problemas sociais, sobretudo o norte do Mato Grosso, mas também alguns focos isolados. Por outro lado, grande parte de região ainda traria os problemas atuais. O “melhor cenário possível” para o autor, conservação em grande escala e remuneração internacional por serviços ambientais é o mais difícil. Depende do compromisso dos agentes públicos com a sociedade civil organizada para a efetivação de políticas em prol do desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização da Amazônia deriva, portanto, de uma apropriação desigual da natureza e dos territórios. Desde a sua fundação enquanto colônia, a partir da conquista e *desterritorialização* das civilizações ameríndias, a atual Amazônia sempre fez parte integrante do sistema capitalista mundial. Primeiramente, na sua fase mercantil e, a partir dos anos 1960, com formas mais aprimoradas e regionalmente adaptadas de submissão do trabalho ao capital basicamente estrangeiro.

Ao sintetizar o processo de urbanização em si, percebe-se o papel estruturador da circulação sobre o próprio processo de produção do espaço. A rede de cidades nas fases flúvio-marinha que legou o maior número de cidades, além das fases ferrovias e rodovias, ilustram como o sistema de transportes é estruturador. Por outro lado, fica patente reconhecer que a urbanização ocorreu em face de um processo desigual de produção do espaço geográfico, seja o rural, seja o urbano. A concentração de terras e a paulatina substituição do uso da terra, baseadas no extrativismo pela agropecuária e pela mineração, estão diretamente relacionadas ao êxodo rural e à formação das baixadas que conformam o processo de urbanização desta parte do Brasil.

Apesar da região, como um todo, ter se industrializado e ter se tornado parte importante na conformação do PIB nacional, as metrópoles e cidades médias principais da Amazônia persistem cidades comerciais (com a exceção importante da Zona Franca de Manaus, e seu processo artificial de industrialização). Assim, o terceiro setor, comércio e serviços, assume um importante papel no que tange à ocupação do estoque de trabalho e

também à arrecadação fiscal. Por outro lado, a informalidade é um problema estrutural deste tipo de urbanização.

A urbanização acelerada da Amazônia brasileira acompanha, portanto, o processo de urbanização desigual e êxodo rural que ocorreu em toda a formação espacial brasileira. Se por um lado esse processo derivou em uma complexificação da divisão territorial, social e técnica do trabalho, agregando mais valor aos produtos da região, por outro lado é mister reconhecer os graves conflitos territoriais e socioambientais e a agudização das contradições sociais na região, derivadas sobretudo da forma pela qual as plataformas dos Grandes Projetos têm sido erigidas na região. Pensadas de forma alienígena, a um só tempo não dialogam com as capacidades produtivas previamente existentes, nem com os anseios da consolidada população regional, sendo esse um fenômeno inalterado nas últimas cinco décadas, a despeito da transição nacional da Ditadura militar para uma nova democracia.

REFERÊNCIAS

ALMEIRA, R. S.; RIBEIRO, M. A. C. Os sistemas de transporte na Região Norte: evolução e reorganização das redes. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 33-89, abr./jun. 1989.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

BASTOS, C. A. **No limiar dos impérios: a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780 – c. 1820)**. São Paulo: Hucitec, 2017.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: múltiplas escalas entre o global e o local**. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 2012.

BRASIL. Ministério de Minas e Energias. **Anuário Estatístico da Energia Elétrica 2016: ano-base 2015**. Brasília: MME, 2016.

BECKER, B. “Redefinindo a Amazônia: o vetor técnico-ecológico”. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 223-244.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação regional do Brasil**. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

CANTO, O. **Mineração na Amazônia**: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2015.

CANTO, O.; ALMEIDA, J.; BASTOS, R. Z.; FARIAS, A.; MENZES, J. Mineradora ALCOA: território e conflito no município de Juruti – Pará – Amazônia – Brasil. **Revista GeoAmazônia**, Belém (PA), v. 3, n. 5, p. 63-79, 2015.

CARVALHO, A. C.; CARDOSO, K. S.; SOARES, A. A. S.; SOARES, D. A. S. Consecuencias el avance de la frontera pecuaria capitalista y sus implicaciones en las disputas por la tierra de la Amazonia, Pará, Brasil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 47, p. 1-22, 2018.

CARVALHO, T. S.; DOMINGUES, E. P. Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 585-621, 2016.

CASTRO, A. R. C. **Aplicação do sensoriamento remoto na análise espaço-temporal das ilhas de calor e ilhas de frescor urbanas no município de Belém-Pará, nos anos de 1997 e 2008**. 2009. 69 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CASTRO, C. J. N. **Transporte público de passageiros**: uma análise sobre a territorialidade das empresas de ônibus urbano regulamentadas na Região Metropolitana de Belém (2000-2012). 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

_____. Belém: da formação da cidade à atuação dos agentes do sistema de transporte urbano. In: SILVA, C. N.; LUZ, L. M.; PONTE, F. C.; RODRIGUES, J. E. C. (Org.). **Belém dos 400 anos**: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade. Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

CASTRO, C. J. N.; SOARES, D. A. S. As recentes conformações territoriais no sistema de transporte público de Belém (2012-2015). In: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017. p. 161-178.

CASTRO, C. J. N.; SOMBRA, D.; SOUZA, D. Geografia dos transportes: sistema de transporte coletivo e suas implicações no clima urbano. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. (Org.). **Educação ambiental**: responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: EDUFPB, 2011. p. 617-621.

CASTRO, C. J. N.; SOMBRA, D.; BARROS FILHO, J.; SOUSA, N. Da importância estratégica na economia colonial aos processos de fragmentação territorial no Nordeste Paraense: dinâmicas territoriais e reprodução do espaço rural no município de Maracanã (Pará/Brasil). **Revista GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 1-31, 2019.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, R. A. Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 425-437, 2016.

CAVALCANTE, M. M. A.; NUNES, D. D.; SILVA, R. G. C.; LOBATO, L. C. H. Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das hidrelétricas no Rio Madeira, Rondônia/Brasil. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 11, p. 1-17, 2011.

CHAGAS, C. A. N. **O mito da cidade aberta**: Vila dos Cabanos, urbanização e planejamento urbano na Amazônia. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

_____. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-203, 2014.

CHAGAS, C. A. N.; ALMEIDA, L. S.; RAMOS, E. M. L. S.; REIS NETTO, R. M. Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia (MG), v. 20, n. 69, p. 385-402, 2019.

CÓRDOBA, D.; SELFA, T.; ABRAMS, J. B.; SOMBRA, D. Family farming, agribusiness and the state: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, v. 57, p. 147-156, jan. 2018.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COUTO, A. C. O. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico da Amazônia brasileira. **Revista GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 123-147, 2019.

DNPM. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro 2016**. Brasília: DNPM, 2016.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, n. 79, p. 1-50, 1981.

_____. **Currallistas e redeiros em Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: MPEG, 1987.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GRANCHAMP, L. A agricultura urbana: abrindo caminho para novas territorialidades. In: SIMÕES, A.; RODRIGUES, E. T.; ROCHA, G. M.; GRANCHAMP, L. (Org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFPA, 2019. p. 187-206.

GUALBERTO, A. J. P. **Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro naval da Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 39, p. 1-17, 2018.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia**: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: EDUNICAMP, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Contagem Nacional 2016**. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=4&i=P>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Aglomerados Subnormais**: informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agsn_if.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2017.

_____. **Aglomerados Subnormais no Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006923512112011355415675088.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/conceitos_definicoes.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

LEITE, A. P. **A evolução urbana de Rio Branco (AC)**: de seringal a capital. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S.; TRINDADE, J. R. B. Renda mineral e grande capital na Amazônia: a exploração das minas de Carajás pela Companhia Vale. **Revista Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 24, p. 55-78, 2016.

LEITE, A. S.; SOMBRA, D.; CASTRO, C.; LOBATO, M. Atividade mineradora e transporte marítimo de longo curso: contribuições para a análise da integração internacional da Amazônia paraense pela perspectiva da renda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém (PA), v. 4, n. 2, p. 38-56, 2018.

LIMA, M. G. M. **Mobilidade geográfica como estratégia de sobrevivência de pescadores artesanais na Amazônia**: o caso de Cubatão, em Icoaraci, Pará. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do mar**: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: MPEG, 1985.

MACHADO, L. O. **Mitos y realidades de la Amazonia brasileña en el contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. 1989. Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 1989.

MACIEL, J. B.; LIMA, M. C. A metropolização do espaço em Iranduba (AM): uma nova configuração como expansão imobiliária. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: a

dinâmica das cidades e a produção do espaço, 2., Campo Mourão, 2013. **Anais...** Campo Mourão-PR, 2013.

MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia:** religiões, histórias, identidades. Belém: Cejup, 1999.

MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia:** estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2015.

MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense.** Belém: FIEPA, 1989.

NITSCH, M. O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 46, 2002.

OLIVEIRA, J. V.; COSTA, M. C. L. Expansão urbana de Boa Vista (RR) e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial. **Revista GeoSaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 18, , p. 1-18, 2018.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém.** Belém: EDUFPA, 1973.

QUARESMA, M.; SOMBRA, D.; LEITE, A.; CASTRO, C. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **Revista PerCursos**, Florianópolis (SC), v. 16, n. 32, p. 143-168, 2016.

REIS, A. C. F. **A política de Portugal no Valle Amazônico.** 2. ed. Belém: SECULT, 1993.

RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana no Nordeste do Pará:** particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. 2017. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago!:** Hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ROCHA, G. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C. Dinâmicas territoriais na Zona Costeira do Estado do Pará, Amazônia brasileira. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 42, p. 1-12, 2019.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades sócio-espaciais em cidades médias amazônicas:** análise de Santarém e Marabá – Pará. 2015. 270f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

RUMRRILL, R.; ZUTTER, P. **Amazonia y capitalismo:** los condenados de la selva. Lima: Horizonte, 1976.

SARGES, M. N. **Memórias do velho intendente:** Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque** (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SILVA, J. M. P. **Poder, governo e território em Carajás**. 2004. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, M. C. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.

SIQUEIRA, F. M. B.; VILARINHO NETO, C. S. O capital imobiliário e a cidade: uma análise do espaço urbano de Cuiabá como resultado da preparação para a Copa do Mundo de 2014. **Revista ACTA Amazônica**, Boa Vista (RR), v. 6, n. 13, p. 137-154, 2012.

SOARES, A. S. S.; CARVALHO, A. C.; SOARES, D. A. S.; BASTOS, R. Z. “Fundamentos para a gestão das inundações periódicas nas planícies de Belém (Pará-Brasil), com vistas ao seu desenvolvimento local”. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 39, p. 37-56, 2018.

SOARES, D. A. S. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense: elites locais e contraespaços**. 2016. 327 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOARES, D. A. S.; LEITE, A. S.; LOBATO, M. M. Estado e capital: subsídios para a compreensão analítica do protagonismo do Estado brasileiro no rearranjo espacial da América do Sul. **Revista GeoAmazônia**, Belém (PA), v. 4, n. 7, p. 47-77, 2016a.

SOARES, D. A. S.; LEITE, A. S.; LOBATO, M. M.; CASTRO, C. J. N. Usos do território em Paragominas (PA): espaço geográfico e classes sociais. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), v. 5, n. 8, p. 1-29, 2016b.

SOMBRA, D.; LEITE, A. S.; QUARESMA, M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N. Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais. **Revista GeoDiálogos**, Salvador (BA), v. 1, n. 9, p. 15-56, 2018.

TABOSA, R.; SOMBRA, D.; LEITE, A.; CASTRO, C. Revisão histórico-geográfica da gestão pública sobre o sistema de abastecimento hídrico de Belém-PA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú (MA), v. 2, n. 5, p. 196-220, 2016.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. 2. ed. Belém: EDUFPA, 1970.

VIADANA, A.; CAVALCANTI, A. P. B. A teoria dos refúgios florestais aplicada ao estado de São Paulo. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Sobral (CE), v. 8/9, n. 1, p. 61-80, 2007.

VIEIRA, D. C. M.; BARROS, A. P. S.; CHAGAS, C. A. N. Produção do espaço, território e violência: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú (MA), v. 5, n. 17, p. 1-17, 2019.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ZIBECHI, R. **Brasil potencia:** entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.

Como citar este artigo:

ABNT

FENZL, N.; SOMBRA, D.; CANTO, O.; FARIAS, A., NASCIMENTO, F. Os 'Grandes Projetos' e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, e202002, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202002>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

APA:

Fenzl, N., Sombra, D., Canto, O., Farias, A., & Nascimento, F. (2020). Os 'Grandes Projetos' e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 6, e202002. Recuperado em 25 janeiro, 2020, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202002>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2020, Universidade Federal do Maranhão.

